

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Antropologia  
70.910 - Brasília - DF.

Fones.: 273.3264 (direto)  
274.0022 - ramal 2368

SÉRIE ANTROPOLOGIA No. 98

A TRAMA DA DOMINAÇÃO E DA RESISTÊNCIA NA  
"TECELAGEM DOS CONFLITOS DE CLASSE".

GUSTAVO LINS RIBEIRO

10

11

12

13

14

15

16

17

A TRAMA DA DOMINACAO E DA RESISTENCIA  
NA "TECELAGEM DOS CONFLITOS DE CLASSE". \*

Gustavo Lins Ribeiro  
Departamento de Antropologia  
Universidade de Brasília.

Existem vários estilos de escrever sobre uma obra. Contudo, possivelmente são dois os parâmetros mais comumente presentes, e que, com maior ou menor intensidade, se interpenetram de acordo com a autoria: aquele do elogio ilimitado em contraposição àquele da crítica ferrenha. No texto que se segue, tentei escapar destes extremos, procurando ao mesmo tempo reconhecer as contribuições e a complexidade de A Tecelagem dos Conflitos de Classe, tanto quanto apontar para caminhos que aparentemente poderiam enriquecer mais ainda as discussões de José Sérgio Leite Lopes.

I) Isobilização da Força de Trabalho e o Sistema Fábrica/Vila Operária.

Mais uma vez Leite Lopes nos conduz através dos caminhos detalhados de uma etnografia rigorosa e minuciosa no seu último livro A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés (1988), resultante de tese de doutoramento apresentada ao Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já com O Vapor do Diabo (1976), sua tese de Mestrado para a mesma instituição, Leite Lopes havia marcado claramente seu lugar como

teórico e esmerado etnógrafo da vida industrial. O Vapor do Diabo foi recebido como obra de antropólogo maduro do qual, com certeza, novas e importantes contribuições viriam. Estava claro um estilo onde as filigranas etnográficas dialogavam inseparavelmente com uma sólida visão teórica.

Com efeito, no prosseguir de sua carreira, José Sérgio continuou trabalhando sobre o operariado, no nordeste brasileiro, especificamente em Pernambuco. Em 1979 Leite Lopes enveredou por uma trilha que conduziria aos seus trabalhos subsequentes e que terminou por desembocar no seu livro A Tecelagem dos Conflitos de Classe. No percurso, José Sérgio ao mesmo tempo que adquiriu uma erudição indiscutível sobre a literatura relativa ao estudo da classe operária, em especial no que diz respeito à chamada "questão da habitação", nos brindou com uma sofisticada contribuição para o entendimento das formas de imobilização da força de trabalho através da confecção e exploração sistemática da noção de sistema fábrica-vila operária (Leite Lopes 1979).

O estudo da "imobilização da força de trabalho" é relevante não apenas para aqueles cientistas sociais que se preocupam com o surgimento das formas de exploração típicas do capitalismo. Num plano mais genérico, a imobilização da força de trabalho pode ser relacionada com a necessária sedentarização de populações humanas para o desempenho de atividades estáveis e sustentadas no tempo em lugares determinados. Aqui a "imobilização" claramente se contrapõe à existência de populações nômades com suas lógicas internas pertinentes seja à apropriação de recursos naturais em

diferentes ecossistemas, seja à mediatização, via comércio, de diferentes sistemas econômicos<sup>1</sup>. A "imobilização" também se contrapõe à existência de populações sedentárias porém não vinculadas a sistemas integrados de mercado. Entretanto, uma especificidade da sedentarização e concentração populacional promovida pelo capitalismo é a criação de um proletariado vinculado à indústria.

No sentido amplo, a discussão sobre "imobilização da força de trabalho" pode ser entendida, por um lado, como um sub-campo da vasta literatura sobre processos migratórios - em especial no que diz respeito à proletarização e criação de sistemas de trabalho migrante (a este respeito veja-se Burawoy 1976, Balán 1980) - e, por outro lado, como parte da literatura sobre subordinação e disciplinarização da força de trabalho vinculada a sistemas industriais. Em Leite Lopes, estas questões são ricamente consideradas, ao mesmo tempo em que se vê a possibilidade de explorar o potencial desta discussão para o entendimento do surgimento de sistemas regionais.

---

1. Isto não quer dizer que economias como a capitalista, por exemplo, não tenham espaço para populações nômades subordinadas claramente aos seus interesses como aquelas chamadas por Marx de "proletariado nômade", de "infantaria ligeira do capital", ou ainda de "coluna móvel da pestilência", ao referir-se a trabalhadores vinculados a grandes projetos realizados no século XIX (sobretudo ferrovias). A este respeito veja-se Leite Lopes (1988) "Anexo 1". Em meu trabalho sobre a Hidrelétrica Binacional de Yacyretá (Ribeiro 1988), obra em execução sobre o Rio Paraná na fronteira da Argentina com o Paraguai, elaborei, para interpretar um caso do que pode ser designado genericamente de "nomadismo industrial", a concepção de "circuito migratório dos grandes projetos" para dar conta da existência de trabalhadores migrantes, os bichos-de-obra, associados à execução destes empreendimentos.

A noção central que propicia a consideração da complexidade de todas estas questões é aquela de sistema fábrica com vila operária. A criação de uma vila operária anexa a uma grande unidade produtiva industrial localizada em área "isolada" ou rural, é uma solução clássica para a criação de uma força de trabalho disciplinada e permanentemente vinculada às necessidades produtivas de uma fábrica. No entanto, a vila operária promove não apenas o estabelecimento da relação capitalista/proletário, mas também uma forma de subordinação específica onde os interesses da esfera produtiva invadem claramente todas as outras esferas da vida cotidiana do trabalhador, submetendo ele e seu grupo doméstico, através da moradia, às necessidades da fábrica (Leite Lopes 1979). Além disto, com a persistência do sistema, a vila operária tende ao "transbordamento" - pelo surgimento de uma população prestadora de serviços e um amplo mercado de trabalho - transformando-se progressivamente em núcleo urbano. Daqui o impacto do sistema fábrica/vila operária na criação de sistemas regionais específicos.

A imobilização da força de trabalho através da moradia está também presente - seja temporária ou permanentemente - na mineração, na indústria da construção civil (grandes projetos de infra-estrutura) e na petrolífera. Todas estas atividades têm impactos evidentes na criação de núcleos urbanos e sistemas regionais, como o que acontece, por exemplo, com a formação dos sistemas regionais do Texas, nos EUA, da Patagônia, na Argentina - quando se trata da indústria petrolífera - e, da Amazônia, no

Brasil - quando se trata de grandes projetos. As célebres company towns - outra forma clássica de imobilização da força de trabalho - foram em grande medida responsáveis pela criação de vários sistemas regionais nos Estados Unidos<sup>2</sup>.

O exemplo detalhadamente estudado por Leite Lopes é a relação mantida entre uma grande indústria têxtil - a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) - e a sua vila operária que acaba por se transformar na cidade de Paulista, parte, hoje, da área metropolitana de Recife (Pe). O trabalho de José Sérgio Leite Lopes permite uma leitura multifacetada com incursões e implicações diversas em diferentes temáticas. Leite Lopes representa na atualidade referência obrigatória dentro de um sub-campo da Antropologia que na América Latina vem sendo rotulado de Antropologia da Classe Operária e que nos Estados Unidos denomina-se de Antropologia do Trabalho. Não sem razão sua obra tem servido de fonte de inspiração dentro do Brasil e fora dele<sup>3</sup>. O seu último livro é uma confirmação dessa tendência.

---

<sup>2</sup>. A este respeito ver, por exemplo, Olien & Olien (1982), Becker (1985), Rofman (1973) e Allen (1966).

<sup>3</sup>. Nas minhas pesquisas (Ribeiro 1980, 1988) o trabalho de Leite Lopes foi central para compreender a relação acampamento/grande projeto (altamente análoga àquela entre fábrica e vila operária) e para a discussão sobre o "circuito migratório dos grandes projetos". Federico Neiburg (1988) utilizando-se da noção de sistema fábrica-vila operária estudou, na Argentina, a relação entre uma grande indústria de cimento e sua vila operária.

## II) A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés.

Na sua última obra, Leite Lopes, através do exame da trajetória da relação entre a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e seu enorme operariado imobilizado através da moradia, um "caso particular do possível", mostra tanto o auge de um sistema fábrica/vila operária com suas contradições internas, quanto seu declínio causado pelos conflitos internos à elite pernambucana, pelas lutas sindicais do operariado e pelo transbordamento do sistema num distrito industrial da grande Recife. Dificilmente poderia haver um caso mais exemplar do que o de Paulista. De fato, a CTP, uma das maiores indústrias do setor têxtil brasileiro, era proprietária de uma vasta área de Pernambuco que a partir do núcleo fábrica/vila operária se transformaria em município com sede "encravada" num território privado, onde a companhia desempenhava seu "governo local de fato".

Em A Tecelagem dos Conflitos de Classe o objetivo de Leite Lopes é:

"estudar, através da análise detalhada de um grupo operário determinado, submetido a relações de dominação peculiares, um padrão mais geral, uma forma de dominação específica, a das fábricas com vila operária. Mais ainda, pretende-se empreender o estudo detalhado da constituição, diante dessa forma de dominação, da identidade própria de um grupo operário determinado, a partir do qual pode-se levar adiante comparações, através de regularidades e de discrepâncias especificadoras, com a experiência de outros grupos operários brasileiros ou de diferentes países" (p.15, grifos meus).

Baseado em análise de material jornalístico, discursos de informantes, Relatórios Anuais da CTP e Atas de Sindicato, Leite Lopes cobre minuciosamente um vasto período histórico - das



primeiras décadas do século até o presente (a pesquisa foi desenvolvida entre 1976-83). No decorrer da sua análise, perscruta desde as formas mais pervasivas de subordinação da força de trabalho, típicas do "tempo do trabalho para todos", aos conflitos "intraburgueses" da indústria têxtil nacional, passando pelas contradições conjunturais entre o poder político estadual (durante a "Revolução de 30", por exemplo) e os poderosos Lundgren - família de origem sueca proprietária da Companhia e senhores do "feudo" de Paulista (no jargão da imprensa comunista pernambucana). Assim, vemos desde o exercício clientelístico do poder durante a época do Coronel Frederico Lundgren (que morre em 1946) até a crescente politização da luta operária através do sindicato, sobretudo em conjunturas específicas no pós-guerra, e em greves durante a década de 50 e nos começos dos anos 60. Nesta trajetória, é interessante notar a mudança das alianças políticas dos operários: dos políticos vinculados à Revolução de Trinta, Agamenon Magalhães por exemplo, ao PSD, PCB (mais acentuadamente na década de 40) e a entidades católicas como a Liga Operária Católica, LOC (em especial nos fins da década de 50 começos da década de 60).

Nessa análise paradigmática da evolução de um sistema fábrica/vila operária, as transformações se sucedem e são interpretadas ora conectadas a fatores endógenos, ora a fatores exógenos, numa clara demonstração de que, no estudo da mudança social, o poder explicativo da antropologia reside fortemente na compreensão do jogo permanente entre a realidade local e a supra-

local.

Assim, somos introduzidos ao "tempo do trabalho para todos", período idealizado do passado dessa população operária, que coincide com o auge do sistema Paulista quando a administração autárquica dos recursos materiais e humanos era exercida em sua plenitude. De fato, o que dizer de uma época onde grande parte dos membros dos grupos domésticos operários que residiam nas casas da CTP trabalhava para a companhia, ao mesmo tempo que tinha acesso a uma pequena roça, a uma feira administrada e com preços controlados pela CTP, auxílio funerário, lenha, água, eletricidade, até tecidos para os períodos de luto e de alegria como durante o carnaval? Além disto, o Coronel Frederico Lundgren, um dos proprietários da companhia, exercia o seu controle sobre o operariado através de uma fórmula - alquimia de patrimonialismo, clientelismo e concepções gerencialistas utópico-burguesas - que até o presente lhe vale referências positivas por parte dos trabalhadores.

Paralelamente, a CTP mantinha o seu corpo de vigias, sua milícia interna, arbitrária e violenta. Os trabalhadores eram aliciados e recrutados por seus agentes no "interior", passavam por rituais de "teatralização da dominação" comandados pessoalmente pelo Cel. Lundgren (quem distribuía benesses e punições a partir de sua "casa grande"), e eram encaminhados no sentido de tornarem-se trabalhadores modelares que viviam em casas da companhia, orgulhosa de suas residências higiênicas.

De fato, o sistema fábrica/vila operária operando em sua

plenitude; é uma forma de dominação pertencente ao passado de Paulista, e vista como legítima, por parte dos informantes de José Sérgio, em contraste com um presente ilegítimo. Esta é uma das questões centrais para a atenção de Leite Lopes que procura solucionar este aparente dilema - um passado onde a subordinação era maior sendo avaliado positivamente - para compreender a "idealização do passado" e a "incorporação da dominação".

#### Incorporando a Dominação e Idealizando o Passado.

A idealização do passado e a incorporação de uma forma de dominação específica formam o eixo central do "Livro I" de A Tecelagem dos Conflitos de Classe<sup>4</sup>. Sem dúvida, aqui se encontram os melhores momentos do livro como um todo, talvez porque José Sérgio - apesar de manter o seu inconfundível estilo etnográfico minucioso - lide mais frequentemente com categorizações elaboradas para sintetizar e interpretar seus dados. Com efeito, além da análise de uma trajetória exemplar de um sistema fábrica vila operária, algo que ao nível teórico já havia sido, em boa medida, resolvido em trabalho anterior (Leite Lopes 1979), o leitor encontrará discussões sobre a "cultura fabril" (noção

---

<sup>4</sup>. Obra de 623 páginas (incluindo bibliografia e anexos), A Tecelagem dos Conflitos de Classe está dividida em dois livros num mesmo tomo. O "Livro I" denomina-se O "Sistema Paulista": a Especificidade de uma Forma de Dominação do Padrão "Fábrica com Vila Operária". O "Livro II" chama-se As Contradições do "Sistema Paulista".

inspirada nos trabalhos de Willis 1978, 1981), a "teatralização da dominação" (seguindo concepção de E.P. Thompson 1976) e, na esteira de Michel Foucault (1975), a incipiente construção de uma noção que valeria maior aprofundamento: a "microfísica da resistência" <sup>3</sup>. De fato, ao categorizar, o autor explicita as contribuições que vão mais além do "caso particular do possível".

No entanto, no que diz respeito à incorporação da dominação, se por um lado, encontramos uma fonte de riqueza interpretativa, por outro, nos defrontamos com um aspecto central de uma polêmica contemporânea. Leite Lopes, justamente por sua esmerada historiografia-etnográfica, descreve uma realidade mais complexa do que a discussão sobre incorporação da dominação sugere. Com efeito, o que está em jogo aqui são visões clássicas do marxismo - ao qual José Sérgio se filia francamente sendo, sem dúvida, um dos seus maiores intérpretes na antropologia brasileira - a respeito da alienação, da "falsa consciência" e do lugar histórico do proletariado enquanto força política transformadora da realidade social. Como explicar que uma população em processo de "obreirização" (como diz o autor) assuma um lugar subordinado na hierarquia social, e no futuro avalie seu passado como melhor do que o presente? Esta questão, diga-se de passagem, aponta para uma discussão recorrente na antropologia que -ousemos- é, em menor ou maior medida, penetrada pelo modelo romântico que

---

<sup>3</sup>. Estas discussões são parte do capítulo 2: "O 'Tempo do Trabalho para Todos do Coronel Frederico' e a constituição de uma 'Cultura Fabril' pelos Operários". Veja em especial pg. 80 e seguintes. Retomarei adiante a questão de como seria positivo o aprofundamento destas categorizações.

identifica formas não capitalistas com formas mais humanas<sup>6</sup>.

Explorar mais intensamente perspectivas como a weberiana que aponta para o incremento de "racionalidade" nas formas de dominação (Weber 1977: 170-241), poderia enriquecer a interpretação do caso de Paulista. A passagem de uma dominação tradicional para uma legal-burocrática, com a incorporação progressiva de modelos "técnico-científicos" de gerenciamento da força de trabalho, implica necessariamente num rearranjo das percepções que os agentes sociais possuem da legitimidade das relações de trabalho. Sem dúvida recorrer a concepções abrangentes como "idealização do passado" não soluciona a questão, já que a idealização parece ser não somente uma forma de incorporação da dominação mas também um discurso sobre o passado para mudar as condições do presente. Leite Lopes está ciente da complexidade desta questão com a qual seu livro dialoga em diferentes momentos:

"... é fundamentalmente sobre este período [os anos 30 e 40] que incide a referência e a 'idealização do passado' dos trabalhadores, é lá que está situada a interiorização da dominação - dominação interiorizada esta que é utilizada para ilegitimar os aspectos assumidos pela dominação em períodos subsequentes. Aqui aparecem, por sinal, as características paradoxais desta dominação interiorizada, que se solidifica e se consolida como interiorização em período posterior à vigência desta modalidade específica de dominação, elaborando-se por comparação, contraste e oposição a novas modalidades assumidas por uma dominação mais permanente. Assim, a partir do início dos

---

<sup>6</sup>. Veja-se a este respeito, por exemplo, o livro de Michael Taussig (1980), e os argumentos de Daniel Gross (1983) sobre a idealização operada por Taussig em relação à dominação Inca contraposta à dominação capitalista. Por outro lado, Maurice Godelier (1977) mostra como formas de dominação relativas a um "modo de produção" diferente podem ser utilizadas funcionalmente em outros contextos socio-político-econômicos e culturais.

anos 50, configura-se claramente para os diferentes grupos sociais de Paulista o fim do modelo do "trabalho para todos": o desmantelamento deste modelo é um objetivo colocado pela CTP como meta para os anos seguintes, enquanto que para os operários, inicia-se um processo de ilegitimação da dominação..."(p. 280, grifos meus).

O "tempo do trabalho para todos", definido parcialmente em contraste com a incerteza de empregos no mercado de trabalho presente, não apenas se confunde com o auge do sistema Paulista e sua administração autárquica de recursos materiais e humanos, mas também com a atuação visível - e destacada por José Sérgio-do Coronel Frederico Lundgren frente às relações de trabalho na fábrica e frente à distribuição dos recursos extra processo-produtivo relativos à vida na vila operária. A natureza da relação próxima patrão/operariado, assim como sua eficácia - seja mediatizada pela "teatralização da dominação", relações patrão-cliente ou manipulação populista - não pode ser de todo compreendida se abordada como "paternalismo da companhia" (Tilly 1985).

Esta discussão é central para entender certas formas de gerenciamento da força de trabalho passadas ou presentes. Pesquisas sobre a classe operária frequentemente se surpreendem com tratamentos "paternalistas", inclusive por parte de empresas com concepções administrativas modernas implementadas por sofisticados departamentos de pessoal<sup>7</sup>. Atribuir a uma pragmática

---

<sup>7</sup>. A atuação do ator social que detém o poder na relação deve ser sempre considerada. Frederico Lundgren, por exemplo, tinha suas próprias características de personalidade ao exercer um papel próximo ao operariado de Paulista. Seu irmão, Arthur Lundgren, não é objeto de "idealização do passado" (cf. p. 80). O caso da apropriação da imagem de Frederico Lundgren no presente é

administrativo-sociológica, ou de inspiração político-econômica, todas as características e eficácias de formas de dominação (que, em última instância, redundariam numa identificável contabilidade da exploração da força de trabalho), pode implicar em se afastar de áreas onde a antropologia tem trabalhado produtivamente: aquela do entendimento das redes relações sociais e de suas possíveis manipulações em contextos sociais diferentes; tanto quanto aquela do entendimento dos fatos sociais como totalidades que podem ser guiadas por uma ou outra determinante maior, mas cujos poros são preenchidos por uma série de conteúdos não necessariamente ligados à pragmática do controle e da exploração.

Nesta discussão sobre dominação estamos, ao mesmo tempo, explorando terreno semelhante àquele relativo ao que se entende por resistência, concepção tão abrangente que frequentemente designa desde comportamentos individuais não-organizados até movimentos com objetivos políticos claramente definidos (a este respeito veja-se Eric Wolf, em Ribeiro 1985, e Ong 1987). Também, noutro viés, aqui nos aproximamos a uma das facetas da discussão sobre ideologia, quando, ainda na tradição de considerá-la como forma de ocultamento, se enfatizava exclusivamente seu poder de

---

análogo àquele feito pelo operariado "pioneiro" da construção de Brasília, da figura de Juscelino Kubitschek que visitava o canteiro de obras da construção da nova capital e pousava para retratos com picaretas na mão (Ribeiro 1980). Em pesquisa na Argentina (Ribeiro 1988), defrontei-me com o tratamento "paternalista" de uma poderosa empreiteira italiana com relação a seus trabalhadores qualificados. Um mestre-de-obras, por exemplo, teve seu tratamento de coração espontaneamente providenciado pela empreiteira em Houston, nos EUA. Federico Neiburg, em seu estudo de uma grande fábrica de cimento Argentina encontrou o mesmo tipo de atitude (comunicação pessoal).

subordinar os agentes sociais a interesses que não lhes pertenciam. No entanto, a posição mais avançada parece ser aquela que considera que "as ideologias não apenas subordinam as pessoas a uma ordem dada. Elas também as qualificam para a ação social consciente, incluindo ações de mudança gradual ou revolucionária" (Therborn 1980: vii). Além disto, sugere-se ser "mais acurado e frutífero ver as ideologias não como propriedades, como idéias possuídas, mas como processos sociais (idem, grifos no original).

A rápida menção à questão da resistência e da ideologia, era necessária para considerar que "dominação" não pode ser vista apenas de maneira totalizante, nem tampouco como via de mão-única, pois que os sistemas sociais não necessariamente estão orientados para um único e determinado fim, nem podem ser vividos ou mesmo "manipulados" numa única direção. Se assim o fora, as formas de dominação seriam de eficácia perfeita e perdurariam a despeito de suas contradições e das lutas daqueles que a elas se encontram subordinados. Evidentemente, este tipo de colocação não implica em desconhecer a assimetria de poder existente em diversos tipos de relações sociais, em especial naquela historicamente construída entre o proletariado e os capitalistas. Ao contrário, na esteira da própria complexidade da trajetória do sistema Paulista descrita brilhantemente por José Sérgio, procura-se discutir uma concepção que dê conta dos contextos, conjunturas e atores sociais diferenciados através dos quais as relações de poder são exercidas.

Um aspecto da descrição da trajetória do sistema Paulista é



ilustrativo das contradições que nos preocupam. Como parte da administração autárquica do seu território com fábrica e vila operária, a CTP fornecia água e energia em sua propriedade. Sua distribuição refletia a hierarquia da fábrica assim como relações clientelistas internas ao sistema fábrica/vila operária. No decorrer de greves nos anos 50, como as de setembro de 1952 e a de agosto de 1956, quando o poder do "governo local de fato" da CTP tinha sido diminuído pelo sindicalismo atuante e pela presença de um poder público estadual e municipal, a distribuição de água e energia, ainda controlada pela companhia, foi cortada pelos trabalhadores grevistas:

"Sem luz e água, todas as atividades da cidade param com a greve (...). O Comendador Arthur Lundgren em pessoa comparece ao sindicato dos operários para pedir ao presidente Birino que, em nome do fornecimento de água para a maternidade da CTP, providenciasse a volta do funcionamento da usina elétrica. (...) A visita ao sindicato - esta entidade tão combatida desde 1932, e formalmente desconhecida pela CTP, quando não se acha sob estrita intervenção ministerial - do Comendador Arthur em carne e osso, este patrão não tão dotado de talento quanto seu falecido irmão Frederico no trato com os operários, investe-se assim numa teatralização do enfraquecimento da dominação. O inesperado da inversão do privilégio na vila operária decorrente do corte de luz e água aos chalets dos gerentes e chefes e à casa grande dos patrões, assim como a negativa sindical personalizada ao pedido patronal, parecem atrair a simpatia da população local" (Leite Lopes 1988: 408, 409, grifos no original, veja também p. 423).

Olhar para as relações de dominação como processo social e como algo que "subordina" e "qualifica" (para apropriarmos metaforicamente da citação de Therborn) de acordo com os contextos e as relações de força, permitiria evadir o buraco negro da questão da idealização do passado e o da "incorporação da dominação" como algo onde os interesses do operariado desaparecem sob o manto de fetiches manipulados pelo patrão. Sem

dúvida, um importante fator em jogo é acesso diferenciado a poder. Aqui é claro que o "patrão" parte de uma posição vantajosa por ser manipulador dos meios de produção, enquanto que o operariado tem que se transformar em coletivo político para contrabalançar o poder patronal em contextos, no mais das vezes, marcados por alianças as mais diversas, sejam estas realizadas internamente ao bloco dos "patrões" e seus gerentes, sejam realizadas externamente com diferentes forças políticas, inclusive aquelas cooptadas pelos meios mais diversos, dentro do próprio operariado. As alianças operárias tampouco são estáticas e unívocas, como o trabalho de Leite Lopes deixa tão claro ao mostrar as mudanças de interlocutores e aliados dos sindicalistas de Paulista - variando dos vínculos com comunistas, pessedistas e Igreja Católica, de acordo com a conjuntura.

#### Cotidiano, Microfísica da Resistência e Cultura Fabril.

Não há dúvida de que o cotidiano dos trabalhadores e suas lutas estão exaustivamente considerados em A Tecelagem dos Conflitos de Classe. Contudo, somos deixados com o desejo de que categorias como "cultura fabril" e, especialmente, "microfísica da resistência", tivessem seu poder heurístico explorado e ampliado. Talvez fossemos assim conduzidos a contribuições teóricas que, além de explicitamente transcenderem o caso do sistema Paulista, serviriam de fio condutor para o entendimento das mudanças das respostas operárias às condições e relações de

trabalho, e para o entendimento dos reflexos dos cambiantes contextos sociológicos e políticos sobre a "cultura" do operariado. José Sérgio menciona brevemente os autores, Willis e Foucault, que inspiram sua (re)apropriação criativa das categorias mencionadas, apostando na implicatura do seu próprio texto e das fontes utilizadas na sua interpretação. "Microfísica da resistência" apontaria para formas de sociabilidade próprias a uma "cultura fabril" (shop-floor culture, na terminologia de Willis) construídas e recriadas pelos próprios operários dentro do cotidiano fabril em contraposição à organização hierárquica e disciplinar definida pelos controladores da produção:

"A convivência da fábrica com a rebeldia à fábrica, com a não adequação e a não interiorização imediata das regras do jogo fabril pelos trabalhadores... criavam condições para uma "microfísica da resistência" que se exerce desde a reação e a respostas ao despotismo da hierarquia da administração fabril, até a reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fábrica" (p.81).

E na dialética da incorporação da disciplina fabril e suas ideologias associadas versus as formas de sociabilidade construídas nos poros da subordinação ao trabalho da fábrica que se expressam as contradições não apenas discursivas mas também políticas entre patrões e operários. O choque das concepções de trabalho e de "economia moral" que têm operários e patrões passa a ser radicalizado com a introdução de novas ideologias gerencialistas que, com sua racionalidade, cortam a legitimidade do sistema paulista e embarcam num projeto de "modernização" onde os aspectos visivelmente clientelistas das relações de trabalho passam a ter seu espaço cada vez mais diminuído:

"Arma-se assim, no início dos anos 50, um confronto entre a companhia por um lado e os operários por outro, em torno de diferentes concepções de trabalho e de organização da produção: à 'cultura fabril' dos operários ... favorecida e apoiada na própria 'moral do trabalho', produzida e inculcada pela companhia e reinterpretada pelos produtores diretos no interior da fábrica, opõe-se uma reorientação 'gerencialista' da CTP no sentido de uma reorganização do processo produtivo, implicando na expulsão da força de trabalho e no aumento da intensidade de seu uso remanescente" (p. 280).

Como indica José Sérgio, neste movimento um alvo da nova perspectiva da CTP é a "cultura fabril dos trabalhadores comuns" e não o sindicato (p. 282, veja também a p. 286). Possivelmente, então, privilegiar como foco a cultura fabril e a microfísica da resistência consolidaria definitivamente a perspectiva dos "trabalhadores comuns" como ponto de elaboração da análise, atenuando a necessidade de trazer para o primeiro plano tão destacadamente a interpretação dos interlocutores/representantes clássicos do operariado, como os operários militantes, os sindicatos, partidos políticos e instituições como a Igreja Católica. A relação operariado/seus representantes poderia desta forma ser problematizada e sua variabilidade, por exemplo, constituída em objeto de análise.

#### Identidade, Interlocutores e Segmentação Étnica.

Evidentemente, a consideração das visões dos interlocutores/representantes do operariado, além de necessária, se casa com o interesse de Leite Lopes de estudar a identidade do grupo operário já que elas são centrais para compreender a constituição do operariado do sistema Paulista. Neste sentido,

também seria interessante contar - sobretudo na análise do "tempo de trabalho para todos" - com uma abordagem mais diferenciada da visão do mundo da elite da CTP, especialmente dos seus proprietários, os Lundgren, e das suas diferentes concepções de administração da força de trabalho e do processo produtivo (inclusive formas de gerenciamento utópicas). A investigação das redes sociais, alianças e concepções desta família de migrantes europeus que montou um dos mais poderosos impérios da indústria têxtil brasileira, poderia - além de contribuir para o campo crescente, na literatura internacional, do estudo antropológico de elites - elucidar e iluminar uma série de características do sistema Paulista, especialmente quando capitaneado pelo Cel. Frederico Lundgren. José Sérgio faz menções a "utopias burguesas" (p.131, 132). Poder traçar conexões dos Lundgren com teorias sobre administração da força de trabalho em voga na Europa resultaria, potencialmente, em entender a gênese do sistema Paulista dentro de um campo definido pela migração de modelos de gerenciamento que terminam por resultar em formas híbridas "adaptadas" às realidades locais<sup>9</sup>. Além disto, poderia resultar numa maior compreensão desta forma de dominação específica, pois que para entender o exercício da dominação a

---

<sup>9</sup>. Evidentemente que apesar de não explorar mais detalhadamente esta vertente, José Sérgio, por sua familiaridade com a literatura e por sua própria produção sobre imobilização da força de trabalho, a considera explicitamente: "A fábrica com vila operária ela própria, forma recorrente de industrialização na época, [é] legitimada por sua experiência internacional que acompanha o próprio processo histórico de industrialização aureolada por projetos e experiências que a naturalizam como uma utopia burguesa consagrada..." (p. 141).

perspectiva do dominador é tão importante quanto a do dominado.

José Sérgio Leite Lopes nos mostra com clareza as contradições existentes internamente à elite Pernambucana vinculada à indústria têxtil, tanto quanto os conflitos "intraburgueses" entre a CTF e indústrias do Sul do Brasil. No entanto, sobre as relações dos Lundgren com o sistema mundial são feitas apenas alusões a comentários durante a II Guerra Mundial de que os Lundgren teriam alianças com a Alemanha Nazista (p.473). Aqui estamos diante do que talvez seja algo mais geral em termos de abordagens antropológicas no Brasil: a não consideração das relações existentes entre as dinâmicas nacionais e aquelas internacionais. O fato mesmo de se tratar de uma família estrangeira já nos leva a pensar em possíveis relações entre uma elite (burguesia) regional nordestina e frações da burguesia industrial internacional.

Além disto, o fato dos capitalistas de Paulista serem de origem européia não era irrelevante. Pelo contrário. Em vários momentos há indicações da importância da questão étnica tanto no cotidiano de Paulista quanto durante períodos de conflito. Não apenas os proprietários da CTF eram de origem estrangeira, mas também parte considerável dos seus gerentes que gozavam de privilégios. Em Paulista (que, segundo os dados do Censo de 1940, era a maior concentração de alemães em Pernambuco, logo após Recife, cf. pg. 473), a presença de estrangeiros informou a construção de discursos políticos operários e não-operários, sobretudo, como seria de se esperar, em contextos associados a

argumentos nacionalistas:

"...Paulista nunca deixou de ser uma espécie de feudo ou feitoria de dois ou três dinamarqueses, que exploravam o trabalhador brasileiro como o senhor medieval explorava o servo da gleba, ou o colono luso o índio e o negro africano" (Leite Lopes, em nota ao pé da página 212, citando Pimenta 1949).

"Trabalhamos só para enriquecer os Lundgren e engordar os alemães que elles mandam buscar na Europa, ganhando às nossas custas num dia, o que não ganhamos numa semana!" (Norte Proletário, 2/2/1932, citado à p. 219).

Em diversos conflitos a questão étnica aparece envolvida, sendo os "estrangeiros" alvo da ação operária com invasão de residências e ameaças de agressões físicas (cf. pp. 241, 244, 245):

"Coisa gozada aconteceu quando os operários saíram em passeata da fábrica para o sindicato à procura do Presidente [do sindicato]. No caminho, encontraram um alemão. Prendemos o cabra, e as mulheres diziam 'dá nele que este é um dos que dirigem a exploração dos operários'. (...) Ele tremia, e dizia que não tinha a ver com a fábrica, mas com o Clube de Tênis. Foi solto" (Carta de José Alves, Folha do Povo, 13/1/52), citada à p. 391<sup>9</sup>.

Aqui, recorrer à noção de "segmentação étnica" do mercado de trabalho (Wolf 1982), permitiria cruzar o poder diferenciado advindo de posições hierárquicas internas à fábrica, com identidade étnica. A exemplo do que ocorre em situações encontráveis em grandes projetos (Ribeiro 1988), a pequena quantidade de estrangeiros presentes num determinado mercado de trabalho adquire alta importância sociológica quando comparada com o poder por eles exercidos enquanto planejadores e controladores da produção.

---

<sup>9</sup>. Para outras passagens envolvendo "brasileiros" versus "estrangeiros" veja pp. 348, 358.

### Declínio do Sistema Paulista.

É no "Livro II", As Contradições do Sistema Paulista, onde vemos o sistema em processo de transformação/declínio, até chegar o momento em que o poder da fábrica encarnado na manipulação autárquica dos seus bens, em especial da vila operária, acaba por ser radicalmente modificado. Isto ocorre no bojo de mudanças sociológicas diversas que incluem um projeto de "modernização" poupador de mão-de-obra formulado pela CTP já no final da década de 40, mas que só encontra o meio mais propício para se desenvolver no contexto da repressão ao sindicalismo atuante e das políticas de incentivos desenvolvimentistas desencadeadas pela SUDENE no período após o Golpe de 64. No contexto autoritário do regime militar se trava uma "luta contra os operários estabilizados" na qual, apesar desta categoria ser alvo preferencial da "modernização poupadora de mão-de-obra", vários deles acabam por ganhar suas indenizações na Justiça do Trabalho. Muitos dos "estabilizados" recebem moradias na vila operária como forma de indenização. É a pá-de-cal no sistema Paulista. Em 1976-77 metade da vila era de propriedade dos operários (p.120). Além disto, o próprio transbordamento do sistema fábrica/vila operária, transforma Paulista em um distrito industrial incapaz de ser controlado autarquicamente por uma só companhia - processo exposto por Leite Lopes na descrição da luta pela "libertação da cidade" travada por segmentos operários e da elite política pernambucana no sentido da criação de uma cidade livre do poder



dos Lundgren.

X.X.X.X.X.X.X

A análise de José Sérgio Leite Lopes provê uma compreensão exaustiva sobre o conflito de classes, o cotidiano e formas associativas dos trabalhadores têxteis, e sobre a repressão de que eles foram alvo, tanto por parte da administração da companhia - especialmente via seu corpo de vigias e manipulação da vila operária - quanto por parte do Estado. Dificilmente podemos contar em outros trabalhos sobre o operariado brasileiro com uma análise e uma descrição tão exemplares quanto a realizada por Leite Lopes<sup>10</sup>.

A riqueza do trabalho de José Sérgio não se exaure aí, mas difunde-se por diversos tópicos. Seu livro é também uma história político-econômica da indústria têxtil, assim como expressa numa empresa da magnitude da Companhia de Tecidos Paulista. Através da consideração permanente da relação elite pernambucana/poder nacional, o leitor igualmente tem acesso a uma história regional ou a uma análise da economia-política de segmentos sociais do estado de Pernambuco. Se tem conhecimento, por exemplo, de importantes facetas da história da Revolução de 30 naquele estado nordestino, e os rearranjos das relações de classe por ela provocados, o mesmo acontecendo com respeito ao Golpe de 64. Ao

---

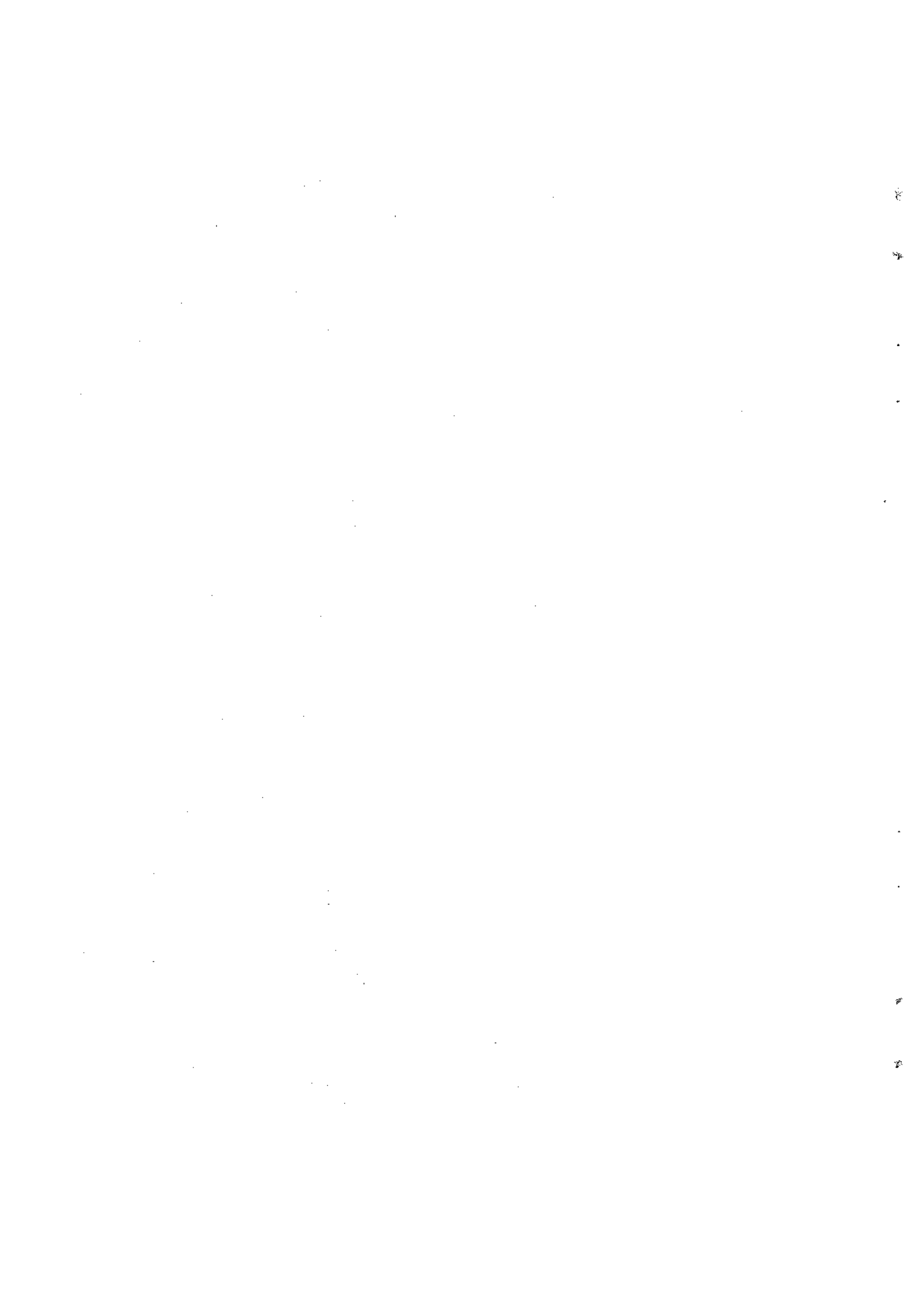
<sup>10</sup>. Na trilha do já indicado por outro comentador de A Tecelagem dos Conflitos de Classe (Lima 1989: 85-86), se pode considerar que a erudição e o detalhamento do autor não seriam em nada prejudicados caso o livro tivesse sofrido uma revisão que certamente diminuiria redundâncias desnecessárias.

mesmo tempo, que somos claramente informados dos conflitos entre as indústrias têxteis do sul e aquelas do nordeste, o somos quanto a atuação do PCB e da Ação Católica em Pernambuco. Sem dúvida, com o seu último livro, José Sérgio Leite Lopes mais uma vez trouxe à luz a trama da vida social, tornando-se ele mesmo, e à maneira típica do antropólogo, também um tecelão.

#### R E F E R E N C I A S

- Allen, James B.  
1966 The Company Town in the American West. Norman. University of Oklahoma Press.
- Balán, Jorge  
1980 "Migraciones Temporárias y Mercado de Trabajo Rural en América Latina". Buenos Aires. Estudios Cedes vol. 3, no.3.
- Becker, Bertha  
1986 - "Signification Actuelle de la Frontiere: Une Interprétation Géopolitique à partir du Cas de l'Amazonie Brésilienne". Cahiers de Sciences Humaines 22 (3-4): 297-317.
- Burawoy, Michael  
1976 "The Functions and Reproduction of Migrant Labor: Comparative Material from Southern Africa and the United States". American Journal of Sociology 5: 1050-1087.
- Foucault, Michel  
1975 Surveiller et Punir. Naissance de la Prison. Paris. Gallimard.

- Godelier, Maurice  
 1977 "De la Non Correspondance entre Formes et Contenus des Rapports Sociaux. Nouvelle Reflexion sur l'exemple des Incas". In Horizons, Trajets Marxistes en Anthropologie. Paris. François Maspero.
- Gross, Daniel R.  
 1983 "Fetishism and Functionalism: the Political Economy of Capitalist Development in Latin America". Comparative Studies in Society and History 25: 694-702.
- Leite Lopes, José Sérgio  
 1976 O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro. Paz e Terra.  
 1979 "Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma Forma de Subordinação Burguesa". In J.S. Leite Lopes, et al., Mudança Social no Nordeste. a Reprodução da Subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra.  
 1988 A Tecelagem dos Conflitos de Classe na cidade das chaminés. São Paulo. Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília em co-edição com o MTC/CNPq.
- Lima, Jacob Carlos  
 1989 "Dominação Fabril e identidade operária". Política e Trabalho 7: 83-86.
- Neiburg, Federico  
 1988 Fábrica y Villa Obrera: historia social y antropología de los obreros del cemento. (2 vols.). Coleção "Biblioteca Política Argentina". Buenos Aires. Centro Editor de América Latina.
- Olien, Roger M. & Diana D. Olien  
 1982 Oil Booms. Social Change in Five Texas Towns. Lincoln & London. University of Nebraska Press.
- Ong, Aiwa  
 1987 Spirits of Resistance and Capitalist Discipline. Factory Women in Malasia. New York. State University of New York Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins  
 1980 - O Capital da Esperança: Brasília, um Estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília.  
 1985 - "Para Uma Antropologia Mundial: Eric Wolf e os



SÉRIE ANTROPOLOGIA - TÍTULOS PUBLICADOS

01. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia, 1973. Republicado (\*) em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo autor, 2ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978: 173-196, e em Man in the Amazon, org. por Charles Wagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974: 111-135.
02. RAMOS, Alcida Rita. Nomes Pesceais e Classificação Social na Sociedade Sanuma (Yanoama), 1973. Republicado no Anuário Antropológico/76: 13-38 e em Peasants, Primitives and Proletariats, org. por Brownman e Schwartz, Haia: Mouton, 1979: 197-205.
03. MELATTI, Julio Cesar. O Sistema de Parentesco dos Índios Kraho, 1973. Republicado em Dialectical Societies, org. por C. Maybury-Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1978: 46-79.
04. RAMOS, Alcida Rita e Peirano, Mariza G. e S. O Simbolismo da Caça em Dois Rituais de Nominção, 1973.
05. HOCHMANN, Klaas. Comunidade e Haciendas no Peru Andino: Contribuição a uma Sociologia do Campesinato Latino-Americano, 1973.
06. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em Alter 3(4), 1973: 208-219 e em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: Pioneira, 1976: 33-52.
07. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Processos de Articulação Étnica, 1974. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: Pioneira 1976: 53-73, e em Processos de Articulação Social, org. por Hermitte e Bartolomé, Buenos Aires: Amorrortu, 1977: 282-304.
08. MELATTI, Julio Cesar. Reflexões sobre Algumas Narrativas Kraho, 1974. A maioria das narrativas, sem as reflexões, republicadas em Folk Literature of the Gê Indians, vol. II, org. por J. Wibert e K. Simoneau, Los Angeles: University of California-UCLA, 1984: 316-334.
09. RAMOS, Alcida Rita. Identidade Étnica numa Situação Intertribal, 1974. Republicado em Hierarquia e Simbiose, org. pela mesma autora, São Paulo: HUCITEC? Brasília: INL, 1980: 23-65.
10. RAMOS, Alcida Rita. Mundurucu. Mudança Social ou Falso Problema?, 1974. Republicado em American Ethnologist, 5, 1978: 675-689.
11. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidade de uma Antropologia da Ação entre os Tukuna, 1975. Republicado em América Indígena 37(1), 1977: 145-169 e em Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo autor, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB: 1978: 197-222.
12. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Reconsiderando Etnia, 1975. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: 1976: 79-109.

(\*) Os textos republicados nem sempre o são na mesma língua e por vezes sofrem modificações no título e na redação.

13. MELATTI, Julio Cezar e MONTAGNER MELATTI, Delvaire. Relatório sobre os Índios Marúbo, 1975.
14. ZARUR, George de C. Leite. Pescadores do Golfo do México: Racionalidade Econômica e Sistema Social, 1976.
15. ZARUR, George de C. Leite. Repensando o Conceito de Matrifocalidade, 1976.
16. RAMOS, Alcida Rita. Extinção, Alienação ou Simbiose? 1977. Republicado como Introdução a Hierarquia e Simbiose, pela autora, São Paulo: MUCITEC, Brasília: INL, 1980: 01-17.
17. CAQAXA, Maria. No Burgo do Tempo Perdido: Vondervotteimittis Revisitado, 1977.
18. RAMOS, Alcida Rita e ALBERTI, Bruce. Descendência e Afinidade: O Contraste entre Duas Sociedades Yanqama, 1977. Republicado nas Actes du XLII Congrès International des Américanistes, vol. II, Paris, 1977: 71-90.
19. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura de Mauss, 1977. Republicado como Introdução à Mauss, org. pelo autor, São Paulo, Ática, 1979: 05-50.
20. WODRTMANN, Klaas. Hábitos e Ideologia Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final, 1978.
21. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e Estrutura Social, 1978. Republicado no Anuário Antropológico/78: 243-253 e em Enigmas e Soluções, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 103-125.
22. LARAIA, Roque de Barros. A Situação das Minorias Étnicas no Brasil, 1978. A parte referente ao negro, ampliada, republicada no BIE 7; 1979: 11-21.
23. LUSTIG-ARECCO, Vera. Adaptação à Caça: Uma Análise Comparativa, 1978. Republicado na Revista de Antropologia 22, 1979: 39-60.
24. MELATTI, Julio Cezar. À Procura de uma Classificação dos Personagens Mítico-Rituais Timbina, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/79: 99-130.
25. SYGAUD, Lygia Maria. O Sindicato e a Estratégia do Capital, 1979.
26. AMARAL, Custódia Selma Sena do. Durkheim e o Estudo das Representações, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/82: 134-154.
27. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Etnia e Estrutura de Classes, 1980. Republicado no Anuário Antropológico/79: 57-76 e em Enigmas e Soluções, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 126-149.
- 27a. SILVERWOOD-COPE, Peter L. Os Maku - Povo Caçador do Nordeste da Amazônia, 1980. o 3º capítulo foi publicado no Anuário Antropológico/78: 176-239.
28. SILVERWOOD-COPE, Peter L. The Secret of The Pagodas (Religion and Politics in South-East Asia) 1981. Traduzido para o português no nº 62 desta mesma Série.
29. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As Categorias do Entendimento na Formação da Antropologia, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/81: 125-146.
30. PEIRANO, Mariza G. e S. Documentos e Identidade Social (Algumas Reflexões sobre Cidadania no Brasil), 1982. Republicado em Sociedade e Estado, vol. 1 nº 1: 49-63.
31. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Sociedade Plural" e Pluralismo Cultural no Brasil, 1982. Republicado em Tempo Brasileiro 71, 1983: 07-17 e em Proceedings of the American Ethnological Society, Washington, 1984: 35-48.

32. RAMOS, Alcida Rita. Sociedade Indígena: O caso Raposo de Bonartes, com ênfase na Série Primitivas, São Paulo: Ática, 1986.
33. MACHADO, Lila Zanetta. Identidade e Individualismo, 1982.
34. FISCHER, Michael M. From Interpretive to Critical Anthropologies, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/83: 55-72.
35. PEIRANO, Mariza G. e S. Etnocentrismo no Avesso: O conceito de "Sociedades Complexas", 1982. Republicado em Dados 26(1); 1983: 37-115.
36. CARAIA, Roque de Barros. O Conceito Antropológico de Cultura, 1983. Republicado com o título Cultura: Um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
37. PEIRANO, Mariza G. e S. a Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá, 1983. Republicado no Anuário Antropológico/82: 15-49.
38. MELATTI, Julio Cezar. Antropologia no Brasil: Um Roteiro, 1983. Republicado no RIB 17, 1984: 3-52.
39. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução a uma Leitura de Rivers, 1984. A ser republicada como Introdução a Rivers, org. pelo autor, São Paulo: Ática.
40. WOORTMANN, Klaas. A Família Trabalhadora, 1984. Republicado em Ciência Hoje 3(13), 1984: 26-31 e em Ciências Sociais Hoje/1984, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984: 69-87.
41. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e Inadição: Interpretando a Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 191-203.
42. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A "Categoria da Subalternidade" na Formação da Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/83: 11-52.
43. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica, 1984.
44. PEIRANO, Mariza G. e S. O Antropólogo como Cidadão: Louis Dumont e o Caso Brasileiro, 1984. Republicado em Dados 29 (1), 1985: 27-43.
45. RAMOS, Alcida Rita. Categorias Éticas do Pensamento Sapotái: Contrastes Intra e Inter-Étnicos, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 95-108.
46. MACHADO, Lila Zanetta e MAGALHÃES, Themi. Quezado de. Imagens do Espaço: Imagens de Vida (Um Estudo sobre Brasília) 1984. Republicado em Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão, org. por Aldo Raviani, São Paulo: Projeto, Brasília, CNPq, 1985: 191-214.
47. MACHADO, Lila Zanetta. Família, Honra e Individualismo, 1985.
48. MELATTI, Julio Cezar. A Origem dos Brancos no Mito do Shoma Wetsu, 1985. Republicado no Anuário Antropológico/84: 109-123.
49. MELATTI, Julio Cezar. Curt Numuendajó e os Jê, 1985.
50. WOORTMANN, Klaas. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino, 1985. Republicado em Dados, vol. 29, nº 1, 1986: 103-130.
51. RAMOS, Alcida Rita; LAZARIN, Maria Antônia e GOMEZ, Gali Godwin. Yanomami em Tempo de Fome (Relatório de Pesquisa) 1985. Republicado em Cultura Indígena de Ia Amazônia, Catálogo del Quinto Centenario, Madrid: Editorial Quinto Centenario, 1985: 73-83.
52. RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas: A Classificação de Parentes, 1986. Início de

nº 32 da Série Antropológica não publicada no volume da Coleção Princípios, São Paulo: Ática, 1986.

53. PEIRANO, Mariza G. e S. O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico. Republicado no Anuário Antropológico/85. Rio: Tempo Brasileiro, 1986.
54. MILATTI, Julio Cesar. "Wenía: A Origem Mitológica da Cultura Maróba", 1986.
55. LARAIA, Roque de Barros. Os Estudos de Parentesco no Brasil, 1987. Republicado em B18 23, 1987: 3-17.
56. CARVALHO, José Jorge de. O Jogo das Bolinhas de Vidro: Uma Simbólica da Masculinidade, 1987. A sair no Anuário Antropológico/87.
57. PEIRANO, Mariza G. e S. A Índia das Aldeias e a Índia das Castas: Reflexões sobre um Debate, 1987. Republicado em Dados, vol. 20, nº 1, 1987: 109-122.
58. PEIRANO, Mariza G. e S. O Pluralismo de Antonio Candido, 1987.
59. CARVALHO, José Jorge de. A Força da Nostalgia: A Concepção de Tempo Histórico dos Cultos Afro-Brasileiros Tradicionais, 1987. Republicado em Religião e Sociedade, vol. 14, nº 2, 36-61. 1988.
60. LARAIA, Roque de Barros. Etnologia Indígena Brasileira: um Breve Levantamento, 1987.
61. SEGATO, Rita Laura. Algunas Propuestas para un Estudio del Cambio Religioso: La Expansión Evangélica en la Quebrada y Puna Jujeñas, 1987.
62. SILVERWOOD-COPE, Peter L. O Segredo dos Pagodes: Religião e Política no Sudeste Asiático, 1987. Tradução do nº 28 desta Série.
63. SENA, Custódia Selma. Em Favor da Tradição ou Falar é Fácil, Fazer é que são Elas. 1987.
64. LARAIA, Roque de Barros. A Morte e as Morte de Curt Nimuendajú, 1988. in Ciência Hoje, vol. 8, nº 44.
65. PEIRANO, Mariza G.S. "Are You Catholic? Relato de viagem, Reflexões Teóricas e Perplexidades Éticas. 1988. Republicado em Dados, vol. 31, nº 2, p. 219-242.
66. RAROS, Alcida Rita. Vozes Indígenas: O Contato Vivido e Contado. 1988. A sair no Anuário Antropológico/87 e em Nation-State and Indian in Latin America, org. por Greg Urban e Joel Sherzee.
67. RAROS, Alcida Rita. A Antropologia Brasileira Vista Através do Anuário Antropológico. 1988.
68. LARAIA, Roque de Barros. A Morte nas Sociedades Tupi-Guarani. 1988.
69. WOURIMANN, Klaus A.W. "Com Parente não se Negocia!": O Caspelinato como Ordem Moral, 1988. A sair no Anuário Antropológico/87.
70. RIBETRO, Gustavo Lina. Descontidiarizar. Extrañamiento y Conciencia Práctica. Un Ensayo sobre la Perspectiva Antropológica. 1988.
71. CARVALHO, José Jorge. A Antropologia e o Millismo Filosófico Contemporâneo, 1988. Republicado no Anuário Antropológico/86, 153-181. Brasília: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.
72. ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Perspectivas de Ocupação do Cerrado na Região de Brasília ou Notas para uma Antropologia do Sertão, 1988.



73. SEGATO, Rita Laura. A Vida Privada de Iemanjá e seus filhos: Fragmentos de um Discurso Político para Compreender o Brasil. 1988. A sair no Anuário Antropológico/87.
74. CARVALHO, José Jorge de. Violência e Caos na Experiência Religiosa, 1988.
75. SEGATO, Rita Laura. A Antropologia e a Crise Taxonômica na Cultura Popular. 1988. a sair pelo INF.FUNARTE.
76. PEIRANO, Mariza e Souza. Teoria e Prática da Antropologia: Dois Exercícios. 1988.
77. CARVALHO, José Jorge de. O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna. 1988.
78. MELATTI, Julio Cesar. Dos Alicerces Somáticos das Culturas Panos Considerados Por Elas Próprias. 1989.
79. KRACKE, Werd. O Poder do sonho no Xamanismo Tupi (Pariatintin). 1989.
80. CARVALHO, José Jorge de. Nietzsche e Xangô : Dois Mitos do Ceticismo e do Desmascaramentos. 1989.
81. RIBEIRO, Gustavo Sérgio Lins. Militares, Antropologia, desenvolvimento<sup>1</sup> (Uma Abordagem Preliminar). 1989.
82. PEIRANO, Mariza Gomes e Souza, Só para Iniciados. 1989.
83. PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. Diálogos, Debates e Embates. 1989.
84. RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de Grande Projeto, Uma Forma de Imobilização da Força de Trabalho pela Moradia. 1989.
85. RIBEIRO, Gustavo Lins. Latin America and the development debate\*.
86. SEGATO, Rita Laura. Um Paradoxo do relativismo: O Discurso Racional da Antropologia Frente ao Sagrado<sup>1</sup>
87. WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. 1990.
88. LARAIA. Roque de Barros. A Cultura Brasileira. 1990.
89. RAMOS, Alcida Rita. Ethnology Brazilian Style. 1990.
90. Aragão, Luiz Tarlei de. "Mãe Preta, Tristeza Branca". Processo de Socialização e Distância Social no Brasil. 1990.
91. Aragão. Luiz Tarlei de. O Inconsciente em Claude Lévi-Strauss ou A Dimensão Inconsciente nos Fenômenos Culturais. 1990.
92. RAMOS, Alcida Rita. O Antropólogo: Ator Político, Figura Jurídica. 1990.

93. PEIRANO, Mariza G.S. Artimanhas do Acaso. 1990.
94. RAMOS, Alcida Rita. A Retórica do Indigenismo. 1990.
95. RAMOS, Alcida Rita. An Economic of Wase Amazonian Frontier Development and
96. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. A Vocação Crítica da Antropologia. 1990.
97. RIBEIRO, Gustavo Lins. Da Prefeitura ao Banco Mundial. Para uma metodologi  
a de ação política com relação aos grandes projetos. 1990.
98. RIBEIRO, Gustavo Lins. A trama da Dominação e da Resistência na "Tecelagem  
dos conflitos de classe". 1990.